

**1. CONCURSO DE CONCEÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO PARA A CONSTRUÇÃO OU INSTALAÇÃO DE UM MONUMENTO EVOCATIVO DE D. DIOGO DE SOUSA:**

Do **Sr. Vereador Dr. Miguel Bandeira**, submetendo para aprovação do Executivo Municipal, a proposta de Regulamento relativa ao Concurso de Conceção para Elaboração de Projeto para a Construção ou Instalação de um monumento Evocativo de D. Diogo de Sousa.

Tem informação circunstanciada da **Divisão do Centro Histórico, Património e Arqueologia**.



**BRAGA**  
Município

Pelouro Regeneração Urbana, Património, Relação com as Universidades,  
Urbanismo, Planeamento, Ordenamento e Mobilidade

**CONCURSO DE CONCEÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO PARA A  
CONSTRUÇÃO OU INSTALAÇÃO DE UM MONUMENTO EVOCATIVO AO  
ARCEBISPO D. DIOGO DE SOUSA**

**CONCURSO DE CONCEÇÃO SIMPLIFICADO**

*cf. n.º 5 do art.º 219.º-A conjugado com o art.º 219º-H e art.º 219.º - J, todos do Código dos  
Contratos Públicos, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto*



## ÍNDICE

TERMOS DE REFERÊNCIA .....	4
Artigo 1º - OBJETO E MODALIDADE DO CONCURSO .....	4
Artigo 2º - OBJETIVOS DO CONCURSO E DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DAS PROPOSTAS .....	4
Artigo 3º - ENTIDADE ADJUDICANTE E ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR.....	5
Artigo 4º - JÚRI DO CONCURSO.....	5
Artigo 5º - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	6
Artigo 6º - DISPONIBILIZAÇÃO DO PROCESSO DO CONCURSO .....	7
Artigo 7º - DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS .....	7
Artigo 8º - DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA .....	8
Artigo 9º - MODO DE APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS.....	9
Artigo 10º - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DAS PROPOSTAS .....	10
Artigo 11º - CRITÉRIO DE SELEÇÃO DAS PROPOSTAS.....	11
Artigo 12º - ABERTURA DAS PROPOSTAS E SELECÇÃO .....	11
Artigo 13º - EXCLUSÕES .....	11
Artigo 14º - PRÉMIOS E MENÇÕES HONROSAS.....	12
Artigo 15º - VENCEDOR DO CONCURSO DE CONCEÇÃO .....	12
Artigo 16º CONCRETIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO .....	13
Artigo 17º - DIREITOS DE AUTOR .....	13
Artigo 18º - EXPOSIÇÃO DOS TRABALHOS .....	14
Artigo 19º - OMISSÕES.....	14
Artigo 20º - INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR .....	14
Artigo 21º - ANEXOS.....	14
ANEXO I - NOTA BIOGRÁFICA ALUSIVA A DOM DIOGO DE SOUSA E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	15
DOM DIOGO DE SOUSA, O HOMEM E A SUA OBRA .....	15
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS   SITES .....	20
ANEXO II - JÚRI .....	24
ANEXO III - GRELHA DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO.....	25
ANEXO IV.1 - MODELOS 1 .....	26
ANEXO IV.2 - MODELO 2 .....	27
ANEXO V - ELEMENTOS TÉCNICOS EXIGIDOS INERENTES À PROPOSTA.....	28
ANEXO VI - PLANTAS DE LOCALIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO MONUMENTO .....	29
ANEXO VII - AJUSTE DIRETO .....	35
CADERNO DE ENCARGOS.....	35
CLÁUSULA 1.ª OBJETO .....	35
CLÁUSULA 2.ª FORMA E DOCUMENTOS CONTRATUAIS .....	35
CLÁUSULA 3.ª VIGÊNCIA DO CONTRATO .....	35
CLÁUSULA 4.ª OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO .....	35
CLÁUSULA 5.ª PREÇO CONTRATUAL .....	36



CLÁUSULA 6.ª CONDIÇÕES DE PAGAMENTO .....	37
CLÁUSULA 7.ª PENALIDADES CONTRATUAIS.....	38
CLÁUSULA 8.ª DEVER DE SIGILO.....	38
CLÁUSULA 9.ª PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS .....	39
CLÁUSULA 10.ª FORÇA MAIOR.....	39
CLÁUSULA 11.ª RESPONSABILIDADE DAS PARTES .....	41
CLÁUSULA 12.ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO.....	41
CLÁUSULA 13.ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO COCONTRATANTE.....	41
CLÁUSULA 14.ª GESTOR DO CONTRATO .....	42
CLÁUSULA 15.ª COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES .....	42
CLÁUSULA 16.ª DIREITOS DE AUTOR.....	42
CLÁUSULA 17.ª FORO COMPETENTE.....	42
CLÁUSULA 18.ª LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	42



## TERMOS DE REFERÊNCIA

*cf. art.º 219º-D do Código dos Contratos Públicos alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto.*

### Artigo 1º - OBJETO E MODALIDADE DO CONCURSO

1. O presente concurso tem por objeto a seleção de 1 (um) Trabalho de Conceção para a Elaboração do Projeto/Ideia/Estudo para a Construção ou Instalação de um Monumento Evocativo ao Arcebispo D. Diogo de Sousa, para cuja concretização e desenvolvimento a Entidade Adjudicante tem a intenção de celebrar um contrato de prestação de serviços para a produção/execução do “Monumento Evocativo ao Arcebispo D. Diogo de Sousa” na sequência de Ajuste Direto adotado ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 27.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).
2. Os trabalhos de Conceção objeto do presente concurso devem observar os requisitos constantes nos presentes Termos de Referência.
3. O presente concurso de conceção reveste a modalidade de um **Concurso de Ideias, nos termos do art.º 219.º - J** do Código dos Contratos Públicos alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto [doravante designado CCP] ao qual se aplicam as disposições previstas para o Concurso de Conceção Simplificado conforme n.º 5 do art.º 219.º-A do CCP.
4. O concurso decorre sob anonimato.

### Artigo 2º - OBJETIVOS DO CONCURSO E DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DAS PROPOSTAS

1. Nos presentes Termos de Referência, o presente concurso de ideias tem por objetivo a escolha de um projeto para a construção ou instalação de um Monumento Evocativo ao Arcebispo D. Diogo de Sousa, devendo fazer a evocação da personalidade religiosa, mas também secular do prelado, identificando e caracterizando a personalidade do homenageado e a sua ação e legado enquanto Arcebispo e Senhor de Braga.
2. O monumento a conceber deverá ser entendido como uma intervenção, cuja forma e materiais se integrem de forma harmoniosa com o contexto urbano e histórico preconizado para a sua implantação. Incentiva-se o recurso a linguagens, processos e materiais de matriz e inspiração contemporânea, assegurando-se, no entanto, de forma inequívoca a fixação e transmissão das principais facetas e características do homenageado, vertidas para uma





peça com carácter e intemporalidade, conjugada com características técnicas que lhe confirmam a perenidade e reduzidos custos de manutenção.

3. A proposta deverá atender à escala e enquadramento do monumento, assegurando a sua afirmação e valorização sob todos os ângulos e perspectivas urbanas, podendo extravasar a base prevista para a implantação do mesmo, salvaguardando a condição de não afetar negativamente perspectivas panorâmicas e arquitetónicas de valor, e não prejudicar a acessibilidade e mobilidade inerente ao uso do espaço público. A proposta de ideias a concurso deverá ser criativa e original, sustentada num plano que garanta a respetiva exequibilidade, viabilidade e sustentabilidade, devendo incluir a calendarização para execução da mesma, bem como os honorários inerentes ao autor ou à equipa concorrente;

#### **Artigo 3º - ENTIDADE ADJUDICANTE E ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR**

1. A entidade adjudicante é a Câmara Municipal de Braga, sita na Praça Municipal, 4700-435 Braga, desenvolvida na esfera do Pelouro da Regeneração Urbana e do Património Cultural.
2. A decisão de contratar foi tomada pelo Presidente da Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio, no exercício de competência própria de acordo com o disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.

#### **Artigo 4º - JÚRI DO CONCURSO**

1. O presente concurso é conduzido por um Júri composto por 7 (sete) membros efetivos e 2 (dois) suplentes, nomeados por deliberação da Entidade Adjudicante, cuja cópia constitui o **Anexo II** aos presentes termos de referência.
2. O Júri pode deliberar, por maioria simples, integrar, a título consultivo, outros especialistas que entenda relevantes para apreciação das propostas.
3. O Júri inicia as suas funções no dia útil subsequente à data do envio para publicação do Anúncio do concurso em Diário da República.
4. O Júri do concurso exercerá as suas funções de acordo e conforme o estabelecido no artigo 68.º do CCP.
5. O Júri, com base nos critérios de avaliação definidos no **Anexo III** aos presentes termos de referência, avaliará cada uma das propostas apresentadas a concurso devendo as apresentações e as suas respetivas fundamentações constar das atas das reuniões em que tenham lugar.



6. As deliberações do Júri manter-se-ão secretas até ao anúncio público do relatório final, devendo os seus membros manter absoluta confidencialidade sobre qualquer informação obtida no exercício das suas funções.
7. O Júri elaborará um relatório final, no qual justificará as classificações atribuídas em função dos critérios adotados, que será assinado por todos os seus membros.
8. As deliberações do Júri sobre a ordenação dos trabalhos de concessão apresentados ou sobre a exclusão dos mesmos por inobservância da descrição das características, das particularidades, das referências e de quaisquer outros requisitos que os trabalhos devem apresentar, têm carácter vinculativo para a Entidade Adjudicante, não podendo ser alteradas depois de conhecida a identidade dos concorrentes.
9. O Júri reserva o direito de não atribuir qualquer prémio caso considere que a qualidade dos trabalhos não o justifique.

#### **Artigo 5º - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

1. Podem apresentar propostas de Trabalhos de Conceção, qualquer pessoa singular ou coletiva que possua requisitos técnicos e financeiros para a implementação/execução da ideia, por si ou por interposta pessoa.
2. Os concorrentes são responsáveis pela originalidade dos trabalhos apresentados, garantindo a respetiva autoria e assumindo toda a responsabilidade decorrente de eventuais reclamações de terceiros no que diz respeito a violação de direitos de autor e ou outros que decorram da lei aplicável;
3. Cada concorrente pode apresentar apenas uma proposta não havendo lugar a propostas variantes;
4. Ao participar no concurso os concorrentes declaram conhecer e aceitar os termos do presente termos de referência;
5. Não poderão concorrer nem colaborar, a qualquer título, com um concorrente:
  - 5.1 Os membros do Júri, bem como respetivos familiares em linha direta e os sócios colaboradores de qualquer membro do júri;
  - 5.2 Os eventuais consultores;
  - 5.3 Os técnicos da Entidade Adjudicante.
6. Não podem ser concorrentes as entidades singulares ou coletivas que se encontrem em qualquer situação de impedimento de acordo com o artigo 55.º do CCP e 69.º do Código do Procedimento Administrativo.



#### **Artigo 6º - DISPONIBILIZAÇÃO DO PROCESSO DO CONCURSO**

1. As peças que constituem o presente concurso público serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica "saphety" (<http://www.saphety.com>) utilizada pelo Município de Braga.
2. O acesso à referida plataforma eletrónica permite ao interessado efetuar a consulta e descarregar as peças do procedimento, desde o dia da publicação do anúncio em Diário da República até ao termo do prazo para apresentação das propostas, de forma livre, completa e gratuita, nos termos do n.º 1 do artigo 133.º do CCP.
3. Os interessados deverão aceder ao endereço eletrónico <http://www.saphety.com> e preencher o formulário de adesão.
4. Após o preenchimento do formulário de adesão, os interessados deverão remeter esse formulário, bem como os documentos nele identificados, para os serviços da plataforma eletrónica "saphety".
5. Os interessados no procedimento apenas adquirem essa posição, nomeadamente para efeitos de comunicações e notificações relativas à fase de formação, do contrato, após efetuarem o registo na plataforma eletrónica referida no n.º 3.
6. Todas as notificações e comunicações entre a Entidade Adjudicante, o Júri do concurso e os interessados, serão efetuadas através da plataforma eletrónica enunciada no n.º 3 deste artigo, contudo a notificação da decisão de seleção (Relatório Final de Júri) será também remetida via correio eletrónico.
7. As peças do procedimento estão também disponíveis para consulta e download por qualquer interessado, desde a data de envio do anúncio para publicação no website da Câmara Municipal de Braga.
8. Qualquer interessado a quem seja disponibilizado o processo, independentemente da apresentação, ou não, de proposta a concurso, não poderá utilizar os elementos integrantes do mesmo para fins diversos aos estipulados nos presentes termos de referência, observando assim os direitos que se encontram protegidos.

#### **Artigo 7º - DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS**

1. Os pedidos de esclarecimento necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, na plataforma





eletrónica referida no artigo anterior, no primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas.

2. Compete ao Júri do procedimento a prestação dos esclarecimentos solicitados, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP.
3. As respostas aos pedidos de esclarecimento são prestadas por escrito, pelo Júri do concurso, a comunicados pela Entidade Adjudicante até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas.
4. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, dentro do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
5. No caso de não ser possível ao Júri disponibilizar, dentro do prazo, os esclarecimentos previstos no n.º 2 ou as necessárias retificações das peças, tal como previsto no ponto anterior, haverá lugar à prorrogação de prazo para a entrega dos trabalhos de conceção, por período equivalente ao tempo decorrido entre o prazo estipulado para o efeito e o atraso verificado.
6. Os esclarecimentos e as retificações referidas nos números anteriores serão disponibilizados a todos os concorrentes, na plataforma "saphety".
7. Os esclarecimentos e as retificações referidas no n.º 1 a 3 do presente artigo fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

#### **Artigo 8º - DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA**

1. Os documentos que instruem a proposta de "Projeto/Ideia/Estudo para a construção ou instalação de um Monumento Evocativo ao Arcebispo D. Diogo de Sousa" a apresentar são:
  - 1.1. Declaração - Modelo 1 (conforme Anexo IV.1 a estes Termos de Referência);
  - 1.2. Declaração - Modelo 2 (conforme Anexo IV.2 a estes Termos de Referência);
  - 1.3. Proposta de ideias, tendo em consideração os elementos técnicos exigidos e constantes do **anexo V** a estes Termos de Referência, tendo em consideração as plantas de localização do monumento, conforme **anexo VI** a estes Termos de Referência.
  - 1.4. Memória descritiva e justificativa da conceção preconizada contendo todos os elementos gráficos que o concorrente entenda necessários desde que não constituam fonte de identificação do seu autor;



- 1.5. Um painel rígido de material leve, de 700x1000mm ao alto e com espessura não superior a 5mm destinado a integrar uma exposição alusiva ao concurso.
- 1.6. Declaração do concorrente em que, sob compromisso de honra, se compromete a realizar o “Projeto para a construção ou instalação de um Monumento Evocativo ao Arcebispo D. Diogo de Sousa” nas condições definidas na sua proposta e obedecendo ao **caderno de encargos, anexo VII** a estes Termos de Referência;
- 1.7. Outros elementos que o concorrente entenda importantes para a interpretação do trabalho de conceção.
2. Os documentos que materializam as propostas devem ser elaborados e apresentados de tal forma que fique assegurado o total e absoluto anonimato dos concorrentes, não podendo conter qualquer elemento que permita, de forma direta ou indireta, identificar o seu autor ou autores;
3. Todos os documentos deverão ser redigidos obrigatoriamente em língua portuguesa.

#### **Artigo 9º - MODO DE APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS**

1. Os documentos que materializam os trabalhos de conceção serão entregues em invólucro opaco e fechado, no rosto do qual deve ser escrita apenas a palavra “Trabalho” e a designação do concurso;
2. Em invólucro com as mesmas características, deve ser encerrado um documento com a identificação e os contactos do concorrente, no rosto do qual deve ser escrita a palavra “Concorrente” e a designação do concurso;
3. Os dois invólucros a que se referem os pontos anteriores são encerrados num outro, igualmente opaco e fechado, que se denomina “Invólucro exterior”, indicando apenas a designação do concurso e a entidade adjudicante;
4. Todos os documentos que materializam os trabalhos de conceção, bem como todos os invólucros referidos nos números anteriores, devem ser elaborados e apresentados de tal forma que fique assegurado o total e absoluto anonimato dos concorrentes, não podendo conter qualquer elemento que permita, de forma direta ou indireta, identificar o seu autor ou autores de forma a garantir o anonimato dos concorrentes;
5. O invólucro exterior pode ser entregue diretamente: Edifício GNRation, Praça Conde de Agrolongo nº 123, 4700-312 Braga e coordenadas GPS 41°33'10.91"N 8°25'34.97"W, ou enviado por correio registado, sem indicação do remetente, devendo em qualquer caso a



respetiva receção ocorrer dentro do prazo e no local fixado para a apresentação dos trabalhos de conceção;

6. A receção dos invólucros será registada anotando-se a hora e data em que os mesmos são recebidos e, no caso de entrega direta, será apenas entregue ao portador um recibo comprovativo dessa entrega.
7. O invólucro com a designação **"Concorrente"** deverá conter os seguintes documentos:
  - a) Modelo 1 – Declaração de identificação do concorrente;
  - b) Modelo 2 - Declaração de aceitação dos termos de referência.
8. O invólucro com a designação **"Trabalho"** deverá conter:
  - a) Suporte digital (pen ou CD) com os documentos referidos no n.º 1 do artigo 9.º;
  - b) Suporte papel formato A4 de todos os documentos constantes do suporte digital;
  - c) Painel rígido de 700x1000mm ao alto.
  - d) Outros que o concorrente entenda convenientes.

#### **Artigo 10º - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DAS PROPOSTAS**

1. As propostas e os documentos que a instruem serão entregues até às 18h00 horas do **dia 12 de outubro do corrente ano**, na seguinte morada: Edifício GNRation, Praça Conde de Agrolongo nº 123, 4700-312 Braga e coordenadas GPS 41°33'10.91"N 8°25'34.97"W; contendo os elementos solicitados no artigo 8º e da forma indicada no artigo 9.º;
2. A receção dos invólucros exteriores é registada, anotando-se a data e hora em que os mesmos são recebidos e, no caso de entrega direta, deve ser apenas entregue ao seu portador um recibo comprovativo dessa entrega;
3. Os trabalhos podem ainda ser enviados por correio registado, sem indicação do remetente, devendo, em qualquer caso, a receção ocorrer dentro do prazo;
4. Se o invólucro for enviado por serviço postal, o concorrente é o único responsável pelos atrasos que eventualmente se verifiquem, não podendo por isso considerar-se tempestivamente apresentados os documentos que deem entrada depois da data e hora limites referidas no n.º 1, ainda que o invólucro que os contenha tenha sido expedido anteriormente.
5. Os documentos que materializam as propostas devem ser elaborados e apresentados de tal forma que fique assegurado o total e absoluto anonimato dos concorrentes, não podendo conter qualquer elemento que permita, de forma direta ou indireta, identificar o seu autor ou autores.



#### **Artigo 11º - CRITÉRIO DE SELEÇÃO DAS PROPOSTAS**

1. A seleção dos Trabalhos de Conceção é realizada de acordo com os seguintes fatores de avaliação e respetivas ponderações que são os seguintes:
  - a) Qualidade da resposta aos objetivos consagrados no artigo 2.º dos presentes Termos de Referência – 40%;
  - b) criatividade e originalidade da proposta – 30%;
  - c) viabilidade económica, sustentabilidade, exequibilidade, perenidade e custos de manutenção da proposta – 20%;
  - d) custo e prazo de execução – 10%;
2. O Júri avaliará as propostas a concurso de acordo com os critérios estabelecidos, tendo por base a grelha de análise a que corresponde o **Anexo III**;

#### **Artigo 12º – ABERTURA DAS PROPOSTAS E SELECÇÃO**

1. Depois do termo do prazo fixado para a apresentação dos trabalhos de conceção, a entidade adjudicante, atribui um número a cada um dos invólucros exteriores, procedendo à sua abertura e escreve esse mesmo número nos respetivos invólucros referidos no artigo 9.º (Concorrente e Trabalho);
2. Seguidamente o Júri procederá a abertura dos invólucros que contêm os documentos que materializam os trabalhos de conceção - invólucro “Trabalho” - apresentados pelos concorrentes, procedendo à sua apreciação segundo os critérios de seleção;
3. O Júri, depois de apreciados todos os trabalhos, elaborará um relatório final, assinado por todos os membros no qual indicará, fundamentadamente:
  - 3.1 A ordenação dos trabalhos de conceção apresentados e aceites, de acordo com o critério de seleção fixado nos presentes Termos de Referência;
  - 3.2 A exclusão de trabalhos de conceção.
4. Depois de integralmente cumprido o disposto nos números anteriores e elaborado o relatório final, o júri procederá à abertura dos invólucros “Concorrente”, em ato público.

#### **Artigo 13º - EXCLUSÕES**

É condição bastante para a não hierarquização da proposta de um concorrente, determinando a sua exclusão, qualquer das seguintes situações:





1. A entrega/receção das propostas após a data e hora limite fixadas nestes Termos de Referência;
2. A verificação, pelo Júri, de que os documentos que materializam a proposta não contenham qualquer elemento que permita, de forma direta ou indireta, a identificação do seu autor ou autores;
3. A comprovação, pelo júri, de que o projeto é inaceitável por não cumprimento das condições estipuladas nos presentes Termos de Referência;
4. Que não observem a descrição a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 219.º-D do CCP;
5. A exclusão de um concorrente, nos termos dos números anteriores, será fundamentada pelo Júri e constará do relatório.
6. Se os documentos que materializam os trabalhos de conceção, ou os invólucros referidos no artigo 10.º, contenham qualquer elemento que permita, de forma direta ou indireta, identificar o seu autor ou autores (quebra de anonimato).

#### **Artigo 14º - PRÉMIOS E MENÇÕES HONROSAS**

1. O montante global do prémio é de 4.000,00€ (quatro mil euros), que será atribuído ao vencedor do concurso e um diploma alusivo.
2. Aos autores dos restantes trabalhos, que se distingam pela sua singularidade, poderão ser atribuídas até 2 (duas) Menções Honrosas, a que corresponderão prémios pecuniários no valor de 1.000,00€ (mil euros) cada e diplomas alusivos.
3. Todos os concorrentes terão direito a um diploma relativo à participação, entregue pela entidade adjudicante.
4. Os Trabalhos de Conceção não premiados nos termos dos números anteriores ficam à disposição dos respetivos autores nas instalações referidas no n.º 1 do artigo 10.º, cessando a responsabilidade da Entidade Adjudicante pelo seu depósito no prazo de 30 (trinta) dias após a sua data de encerramento da exposição.
5. O Júri reserva o direito de não atribuir qualquer prémio caso considere que a qualidade dos trabalhos não o justifique.

#### **Artigo 15º - VENCEDOR DO CONCURSO DE CONCEÇÃO**

1. Na sequência do concurso de ideias, a entidade adjudicante tem a intenção de adquirir ao vencedor do concurso de conceção e por ajuste direto, ao abrigo da alínea g) do n.1 do



artigo 27.º do CCP, a concretização do trabalho de **“Projeto para a construção ou instalação de um Monumento Evocativo ao Arcebispo D. Diogo de Sousa”**;

2. O ajuste direto terá o preço base de **68.990,00 €** (sessenta e oito mil, novecentos e noventa euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
3. A decisão de seleção é tomada com base no teor e conclusões do relatório final, nomeadamente com as decisões vinculativas tomadas pelo júri;
4. A decisão de seleção e a atribuição de prémios será notificada, por escrito e simultaneamente, a todos os concorrentes, acompanhada do relatório final do Júri.
5. Em concordância com o concorrente cuja proposta tenha sido selecionada, poderá, a entidade adjudicante, propor eventuais ajustes que não desvirtuem a essência do trabalho.
6. O concorrente sobre cuja proposta recaia a decisão de seleção considera-se selecionado para ser convidado a efetuar a construção do **Monumento Evocativo ao Arcebispo D. Diogo de Sousa** através da abertura de procedimento por ajuste direto.

#### **Artigo 16º CONCRETIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO**

O valor máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução da proposta de conceção e construção selecionada não pode ser superior a 74.990,00€ divididos em 6.000,00€ prémio de consagração e menções honrosas e 68.990,00€ valor base do procedimento por ajuste direto para o **Projeto para a construção ou instalação de um Monumento Evocativo ao Arcebispo D. Diogo de Sousa**, ambos acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

#### **Artigo 17º - DIREITOS DE AUTOR**

1. O conteúdo patrimonial dos direitos autorais sobre todos os documentos que materializam o Trabalho de Conceção/Ideias sobre o qual recai a decisão de seleção, bem como às quais tenha sido atribuído menção honrosa, considera-se transmitido para a Entidade Adjudicante;
2. A propriedade sobre todos os documentos entregues pelos participantes cujos Trabalhos de Conceção tenham recebido prémio é transferida para a entidade adjudicante, sem prejuízo dos direitos de autor dos participantes.



#### **Artigo 18º - EXPOSIÇÃO DOS TRABALHOS**

1. Após o encerramento do concurso, a Entidade Adjudicante promoverá uma exposição pública dos trabalhos admitidos.
2. O local, data e hora de abertura da exposição serão anunciados nos meios de comunicação social e transmitidos a todos os concorrentes e membros do Júri.

#### **Artigo 19º - OMISSÕES**

Cabe ao júri decidir sobre os casos omissos nestes Termos de referência.

#### **Artigo 20º - INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR**

Qualquer pedido de informação complementar será esclarecido e resolvido, devendo ser colocada por escrito para o seguinte endereço de correio eletrónico:

[concurso.ddsousa@cm-braga.pt](mailto:concurso.ddsousa@cm-braga.pt)

#### **Artigo 21º - ANEXOS**

Constituem-se como anexos ao presente regulamento, dele fazendo parte integrante os seguintes anexos:

- a) Anexo I: Nota biográfica alusiva a Dom Diogo de Sousa e referencias bibliográficas;
- b) Anexo II: constituição do Júri do procedimento;
- c) Anexo III: grelha de análise e avaliação;
- d) Anexo IV.1: Modelo 1: Declaração de Identificação do concorrente
- e) Anexo IV.2: Modelo 2: Declaração de Aceitação das Peças de Procedimento
- f) Anexo V: elementos técnicos exigidos inerentes á proposta;
- g) Anexo VI: plantas de localização e implantação do monumento;
- h) Anexo VII: caderno de encargos;



## **ANEXO I - NOTA BIOGRÁFICA ALUSIVA A DOM DIOGO DE SOUSA E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

### **DOM DIOGO DE SOUSA, O HOMEM E A SUA OBRA**

D. Diogo de Sousa nasceu, provavelmente, em Évora ou Figueiró dos Vinhos, no ano de 1461, filho de D. João Rodrigues de Vasconcelos, senhor de Figueiró e de Pedrogão, e de D. Branca da Silva. Iniciou os seus estudos elementares, em Évora, complementou-os na Universidade de Lisboa, onde estudou Latim, Gramática e Retórica e completou-os superiormente nas universidades de Salamanca, onde cursou Cânones e na de Paris, onde se doutorou em Teologia. Findo os seus estudos, regressou a Portugal, e iniciou a sua carreira no reino, tornando-se Cónego da Sé de Évora. A sua competência linguística e a sua formação jurídica e teológica, terão contribuído para que D. João II o nomeasse para o cargo de Deão da Capela Real e mais tarde, em 1493, enviado a Roma como representante da Embaixada que prestou homenagem e obediência a Alexandre VI, em nome do Rei de Portugal.

Durante a sua missão diplomática em Itália, onde permaneceu vários anos, D. Diogo de Sousa visitou várias cidades, entre as quais Roma e Florença, e teve a oportunidade de privar com o importante círculo eclesiástico da época, assim como manter contacto direto com a vanguarda artística desse período renascentista.

No ano de 1495, D. Diogo de Sousa é nomeado Bispo do Porto, por D. João II, confirmado por Bula de Alexandre VI, de 23 de outubro de 1495. Esta nomeação demonstra que D. Diogo de Sousa gozava, na época, de grande prestígio e era uma figura de grande destaque. Ocupou a Sé do Porto de 1495 a 1505, exercendo, durante os 10 anos de Bispado, importantes reformas na ação pastoral, que ficou marcada pela implementação da imprensa em Portugal. Deve-se a D. Diogo de Sousa a realização de um Sínodo do qual saíram as Constituições Sinodais de 1497, as primeiras impressas em Portugal e o primeiro livro impresso na cidade do Porto. Sinal de que tinha plena consciência do valor da imprensa enquanto instrumento de divulgação e de educação.

Em 1505, é enviado de novo a Roma, integrando a embaixada de homenagem e obediência a Júlio II, em nome do rei D. Manuel. Uma vez em Itália, e a viver na corte, tem oportunidade de se relacionar e estabelecer importantes relações com diversas personalidades do humanismo da época, entre eles o grande humanista e poeta português Henrique Caiado e Cataldo Parisio Sículo, poeta e humanista siciliano, responsável pela introdução do humanismo em Portugal, e





também com Pedro Margalho e André de Resende, grandes figuras filosóficas e pensadores humanistas portugueses.

Ainda permanecia em Roma, quando no dia 11 de julho de 1505 é elevado a Arcebispo de Braga, por renúncia de D. Jorge da Costa, tinha então quarenta e quatro anos. Em outubro, regressou a Portugal e a 22 de novembro de 1505 faz a sua entrada solene em Braga, sendo recebido com grandes manifestações de alegria e de entusiasmo. Esta nomeação foi sentida como a maior honra que poderia ter um "senhor da igreja", pois os arcebispos de Braga eram "prelados e senhores".

D. Diogo de Sousa foi Arcebispo e Senhor de Braga, durante vinte e sete anos (1505-1532), sendo considerado um dos mais importantes fautores da história da cidade bracarense e o "novo fundador" desta cidade, pela sua atividade pastoral, cultural, humanismo cívico e pela sua veia urbanística. Uma personalidade de relevo, com interesse para a história da Igreja e para a história das ideias religiosas, sociopolíticas, pedagógicas e artísticas desta época.

Quando D. Diogo de Sousa chegou a Braga, defronta-se com uma cidade pequena e acanhada, que mais parecia uma aldeia, segundo as suas palavras:

*«he Braga fiz de novo e despendi nella tempo e dinheiro; eu [D.  
Diogo de Sousa] fazer de hua aldea cidade à custa do meu trabalho  
e fazenda; disseram d'Ottaviano por Roma que achara de ladrilho e  
a deixara de mármore, e eu achei esta de barro e sem templos  
nem gente nem edefícios».*

Grande parte da cidade, dentro e fora da muralha, estava ocupada por quintais, campos e vinhas e as vias de comunicação eram poucas e constituídas, essencialmente por ruas estreitas, vielas e carreiros. Como nessa altura o país vivia o seu apogeu económico, pois chegavam da Costa Africana e da Índia, as especiarias, os escravos e o ouro, e como D. Diogo de Sousa que acabava de chegar de Roma, onde floresciam os esplendores do Renascimento e vinha fascinado com a grandeza de Roma e de outras cidades de Itália, tomou posse do Arcebispado e trouxe para Braga o fulgor desse movimento artístico, empreendendo assim a mudança da velha e acanhada cidade.

Como não podia quebrar as muralhas de pedra que delimitavam a Braga de então, construiu em volta dela, uma nova cidade, mais ampla, mais iluminada e mais arejada.



No seu desejo de rejuvenescer e engrandecer a cidade de Braga e de a transformar numa pequena Roma, D. Diogo de Sousa comprou casas, quintais, campos e vinhas, e deu início à grande transformação da cidade, abrindo e alargando praças e ruas, dentro e fora das muralhas.

Assim, partindo do centro da cidade rasgou uma nova rua, muito mais ampla e com um traçado retilíneo, que se estendia desde a Rua do Souto e prolongava-se até à muralha que circundava a cidade, que recebeu o nome de Rua Nova de Sousa e onde em toda a sua extensão mandou fazer casas. A rua terminava na praça da Porta Nova, onde mandou abrir na muralha que delimitava a cidade, a Porta de Sousa e para embelezar a praça colocou uma fonte e um pelourinho em pedra.

Criou também uma nova rua com acesso à Sé e à rua de S. Marcos que se estendia desde a capela de S. Marcos até a Porta de S. Marcos.

No Campo de Santa Ana mandou abrir uma rua que ia desde a Porta do Souto até à Senhora-à-Branca, que era um caminho estreito, revestido por vinhas e árvores. Na praça de Santa Ana edificou a Ermida de Santa Ana com uma capela adjacente e à sua volta reuniu os marcos miliários romanos, que tinham vindo das vias romanas que saíam da cidade, e ao centro, junto à Torre de Menagem, ergueu o Cruzeiro do Campo de Sant' Ana com sete degraus e haste de pedra de Viana, entretanto este cruzeiro foi removido e colocado no Largo da Senhora-a-Branca, onde ainda hoje se mantém.

Para além destas ruas e praças mandou abrir muitas outras ruas como as do Cabido, de S. João dos Granjinhos, do Campo e de Maximinos e grandes praças públicas como a da Porta Nova de Sousa, como já referido, da Sé e, fora das muralhas, as do Campo das Carvalheiras, Campo das Hortas, Campo dos Remédios, Campo de Santa Ana e Campo da Vinha. O Campo da Vinha primitivamente conhecido por Vinha de Santa Eufémia, era um local onde se estendia um grande vinhedo que foi adquirido por D. Diogo de Sousa e Afonso Costa e sua mulher Beatriz Ana Veloso, por troca com uma quinta da freguesia de S. Pedro de Escudeiros e transformado numa grande praça. Esta praça hoje denominada Praça Conde de Agrolongo, mas ainda conhecida popularmente como Campo da Vinha é o local, onde será implantado o monumento em homenagem ao grande benemérito e “refundador” de Bracara Augusta o Arcebispo D. Diogo de Sousa.

Para abastecer a cidade de água, mandou restaurar e erguer numerosas fontes e chafarizes que mandou colocar dentro e fora dos muros da cidade, como o da Cárcova, junto ao Castelo, dos



Granjinhos, da Cónega, de S. Geraldo, de S. Marcos, da Senhora-a-Branca e o monumental fontenário do Largo do Paço. A sua função era melhorar o fornecimento de água na cidade, facilitando o abastecimento de água potável aos seus habitantes, mas também como forma de embelezar as praças.

Em frente à Sé, mandou construir os Paços do Concelho, em pedra de cantaria e com dois andares, e onde, na parte inferior deste, ficava um alpendre para se vender o pão.

Na Porta do Souto e na Porta Nova de Sousa levantou albergues com camas para os comerciantes dormirem gratuitamente quando vinham negociar para a cidade e criou mercados de peixe e hortaliça, que funcionavam, junto à Porta Nova.

No Campo de Santa Ana mandou construir uns alpendres para se comercializar as mercadorias que abasteciam a cidade e a arcada, servia de alpendre para acolher animais e mercadorias. Hoje esta praça é conhecida por Praça da República, mas o local é incontornavelmente mais conhecido como *Arcada*.

Restaurou e ampliou o Paço Arquiepiscopal, melhorando as escadas e no exterior, entre este e os Paços do Concelho, mandou fazer um jardim e no centro colocou uma monumental fonte para ornamentar a praça.

Para embelezar a cidade ergueu cruzeiros e mandou restaurar e contruir enumeras igrejas e capelas para o povo rezar, como as capelas, de Santa Ana, de S. Bartolomeu, de S. Miguel-o-Anjo, de Guadalupe, de S. Marcos, a de Santa Maria, a igreja da Senhora-a-Branca e uma capela, anexa ao colégio de S. Paulo. A capela de S. Sebastião das Carvalheiras mandou ladrilha-la com pedra de cantaria, aplicar-lhe azulejo, uns degraus, vidraças na janela e um novo alpendre com colunas.

Na Catedral, D. Diogo de Sousa fez muitas e importantes obras, restaurou as capelas de S. Geraldo e de S. Lourenço, as torres e as paredes exteriores da Catedral e da sacristia. Restaurou, igualmente a fachada principal da catedral, onde mandou colocar sete estátuas em pedra de Ançã evocativas de S. Miguel, S. Pedro e S. Paulo e os quatro bispos santos, S. Martinho, S. Frutuoso, S. Geraldo e S. Pedro de Rates. Mandou construir a capela de Senhor Jesus da Misericórdia, onde instituiu a confraria da Misericórdia. Substituiu a capela-mor, uma obra notável e magnifica, em gótico florejante e adornado com um maravilhoso retábulo de pedra de Ançã. Esse trabalho foi efetuado por artistas da Biscaia, mas acabaria por ser destruída, chegando até aos nossos dias, apenas o frontal deste riquíssimo altar. Na capela-mor, mandou também contruir dois sarcófagos de pedra de Ançã, sendo um destinado para o Conde D.



Henrique de Borgonha e o outro para si, no entanto acabaria por ser sepultadas as ossadas da Rainha D. Teresa. No exterior da parede da capela-mor, mandou colocar a imagem de Nossa Senhora do Leite, ladeada pelo escudo nacional e pelo seu brasão.

Enriqueceu também o tesouro com belíssimas peças de ourivesaria de valor artístico extraordinário, de artes decorativas e ornamentais, de alfaia litúrgicas, de objetos relacionados com a eucaristia, de paramentos sagrados, de têxteis, entre outros objetos e dotou-a de uma grande quantidade de livros,

Fora da cidade, restaurou a capela de Santa Marta da Falperra, a Igreja de S. Martinho de Dume e mandou fazer o mosteiro de S. Frutuoso, em S. Jerónimo de Real, onde mandou instalar uma casa para albergar gratuitamente os romeiros.

Em 1508, D. Diogo de Sousa tomou conta da obra do Hospital de S. Marcos, iniciada pelo cónego Diogo Gonçalves. Este situava-se na rua Nova e estava desmantelado, constatando que esse lugar não era o mais apropriado para a construção de um hospital, resolveu edificá-lo junto à Ermida de S. Marcos. Acrescentou-lhe rendas de outras instituições de beneficência, dotando-o assim de uma maior capacidade de acolher clérigos, peregrinos e viajantes pobres que, no caso de adoecerem teriam direito a tratamento. O hospital era assim uma espécie de albergue, onde se abrigavam viajantes e se recebiam doentes. A administração deste foi entregue à Câmara Municipal, passando mais tarde, para a tutela da Santa Casa da Misericórdia de Braga. Ao hospital anexou-lhe a gafaria de S. Lourenço para tratar os leprosos.

D. Diogo de Sousa considerava a ignorância um mal, por isso empenhou-se em instruir o clero e fundar um grande colégio. Aconselhou o rei D. João III a fundar um grande colégio nas cidades do Porto ou de Braga, devendo este ser dotado de mestres de teologia e de todas as artes e ciências. Esse sonho só foi concretizado em 1531, com a fundação do colégio de S. Paulo, ao qual anexou uma capela que se localizava junto aos muros da Porta de Santiago. O ensino era grátis para todas as pessoas que quisessem aprender quer fosse da cidade ou de fora. Em maio de 1532, o colégio funcionava com dois professores de escrever e ler, um professor de gramática e um professor de lógica.

D. Diogo de Sousa foi, sem dúvida, um grande protetor das artes e das letras e um espírito iluminado e empreendedor no seu tempo. É considerado um humanista e uma das figuras mais notáveis e um dos mais ilustres homens da Igreja portuguesa da sua época, um nome maior da cidade de Braga.





Estas obras e muitas outras que não foram referidas justificam que D. Diogo de Sousa pudesse dizer a D. João III, em 1528:

*«Ponha ante si quam pouqua sustancia he Braga e que a fiz de novo e  
despendi nella tanto tempo e dinheiro».*

Em 1530, então com 70 anos, pressentindo que a morte estivesse próxima, prepara-se para a morte, fazendo o seu testamento e nomeando para seus testamenteiros o deão de Coimbra António de Meneses, o doutor João de Coimbra seu provisor, o doutor Rui Gomes seu vigário, e João Carneiro, mestre-escola e seu camareiro. Faleceu a 19 de junho de 1532, vítima de uma paralisia, e sepultado na Capela de Jesus da Misericórdia, capela que mandou contruir para "sua sepultura e de seus irmãos", num sarcófago de pedra de Ançã com uma estátua jacente, também encomenda sua.

D. Diogo de Sousa foi das personalidades portuguesas mais marcantes da sua época e um dos maiores benfeitores e insignes arcebispos bracarenses, cuja vida e legado, mereceram inúmeros estudos. No entanto, o estudo do seu legado revela-se mais focado na sua encomenda arquitetónica, escultórica, pictórica e urbanística, sendo este magnífico prelado merecedor de um melhor e mais extenso estudo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | SITES

### FONTES DOCUMENTAIS EXISTENTES SOBRE DOM DIOGO DE SOUSA ASSENTAM:

AGUIAR, David Emanuel Vieira, 2012, *D. Diogo de Sousa e as ofertas de bens móveis à Sé de Braga*, Dissertação de mestrado em Património e Turismo Cultural, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

ALVES, Olinda, 2006, *“Entre o arcebispado e o senhorio: as relações de D. Diogo de Sousa com a coroa”*, in Boletim informativo NEPS, II Serie, nº0, Guimarães, ICS Universidade do Minho, pp. 11-26.

ARGOTE, D. Jeronymo Contador, 1734, *Memórias para a história Ecclesiastica do Arcebispado de Braga Primaz das Hespanhas*, Tomo II, Lisboa, 1732-34.

BANDEIRA, Miguel Sopas de Melo, 1992, *O Espaço urbano de Braga em meados do séc. XVIII: ensaio em geografia urbana histórica*, Tese de Mestrado, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (policopiada).

BANDEIRA, Miguel, 1994, *“Uma panorâmica seiscentista de Braga”*, In Separata Forum, (15/16), Jan.-Jul. Braga, pp. 25-36.



BANDEIRA, Miguel, 2000, "*D. Diogo de Sousa, o urbanista*", *Bracara Augusta*, vol. XLIX (116), Braga, pp. 19-58.

BANDEIRA, Miguel, 2000, *O espaço urbano de Braga em meados do séc. XVIII: a reconstituição da cidade a partir do "Mappa das ruas de Braga" e dos "Índices dos prazos das casas do cabido"*, Porto, Edições Afrontamento.

BANDEIRA, Miguel, 2005, *D. Diogo de Sousa: V Centenário*. Braga, Câmara Municipal.

BARBOSA, Isabel Maria, 1990, "*Os estatutos da Capela de D. Diogo de Sousa da Sé de Braga*", in IX Centenário da Dedicção da Sé Catedral, Atas do Congresso Internacional, Volume II/1, Braga, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia, Braga, Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, pp. 661-668.

BESSA, Paula, 2003, "*D. Diogo de Sousa e a pintura mural na capela-mor da igreja de S. Salvador de Bravães*". Património, Revista da Faculdade de Letras, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 1.<sup>a</sup> série, vol. 2. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 757-781.

CAPELA, José Viriato, 2004, "*O município de Braga entre dois poderes: D. Manuel I e o Arcebispo e Senhor de Braga, D. Diogo de Sousa*", In III Congresso Histórico de Guimarães, D. Manuel e a sua Época, 1.<sup>a</sup> Secção, Administração, Justiça e Direito, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, pp. 62-70.

COSTA, Avelino de Jesus da, 1962, *D. Diogo de Sousa, novo fundador da cidade de Braga*, O Distrito de Braga, nº1. Braga.

COSTA, Avelino Jesus da, 1984, *D. Diogo de Sousa, Novo Fundador de Braga e Grande Mecenas da Cultura*, Braga, s.e.

COSTA, Avelino Jesus da, 1990, "*D. Diogo de Sousa Novo Fundador de Braga e grande Mecenas da Cultura*", in Homenagem à Arquidiocese Primaz nos 900 anos da Dedicção da Catedral, 4-5 de maio de 1990, Lisboa, Academia Portuguesa de História, pp. 15-118.

COSTA, Avelino de Jesus da, 1993, "*D. Diogo de Sousa. Novo Fundador de Braga e grande Mecenas da Cultura*", in Homenagem à Arquidiocese Primaz nos 900 anos da dedicação da Catedral. Braga: Academia Portuguesa de História.

COUTINHO, Jorge (cord.), 2006, *D. Diogo de Sousa e o seu tempo: Simpósio no V Centenário do início da sua missão como arcebispo de Braga (1505-1532)*, Braga, Câmara Municipal de Braga/Faculdade de Teologia, Braga.



CUNHA, D. Rodrigo da, 1989, *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga* (Reprodução Facsimilada com nota de apresentação de José Marques), vol. II. Braga: Oficinas Gráficas de Barbosa & Xavier, Limitada.

CRUZ, Manuel Braga da, "Bernardino de Sena de Freitas, e as suas Memórias de Braga" in *Bracara Augusta Revista Cultural de Regionalismo e História da Câmara Municipal de Braga*, vol. XXIX, nº 67-68, Braga, 1975.

D. Diogo de Sousa e o seu tempo: actas/Simpósio no V Centenário do início da sua missão como Arcebispo de Braga (1505-1532). Braga: Câmara Municipal de Braga: Faculdade de Teologia de Braga, Universidade Católica Portuguesa, 2006, 235, (Memorabilia Christiana; 14), p. 232.

FEIO, Alberto, *Coisas Memoráveis de Braga*, Biblioteca Pública de Braga, Braga, 1984.

FERREIRA, Monsenhor José Augusto, 1924, *Memorias Archeologico-Historicas da Cidade do Porto*, vol. II. Braga.

FERREIRA, Monsenhor José Augusto, 1931, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga* (Séc. III - Séc. XX), tomo II. Famalicão: Edição da Mitra Bracarense.

FERREIRA, Mons. José Augusto, 1940, *Catálogo dos Provedores da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Braga instituída pelo grandioso arcebispo D. Diogo de Sousa (1513?)*. Séc. XVI - Séc. XX, Braga, Livraria Cruz.

FREITAS, Bernardino José de Senna, *Memórias de Braga*, tomo 5 vols., Braga, Imprensa Católica, 1890.

FREITAS, Marinho; BARBOSA, Albertina; CASTRO, Júlia, 1990, "D. Diogo de Sousa, O legislador Bracarense", in IX Centenário da Dedicção da Sé Catedral, in *Actas do Congresso Internacional*, Volume II/2 Braga, Universidade Católica Portuguesa, pp. 29-36.

Homenagem a D. Diogo de Sousa: o homem e a obra, 2003, Org. Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, Figueiró dos Vinhos.

MATOS, Manuel Cadafaz de, 1997, "Prólogo, D. Diogo de Sousa, as Constituições Sinodais do Bispado do Porto (1497). Alguns aspectos relacionados com o impressor Rodrigo Álvares e características técnicas da sua obra", in V Centenário da Introdução da Imprensa no Porto, Lisboa, Edições Távola Redonda, pp. 9-15.

MAURÍCIO, Rui, 2000, *O Mecenato de D. Diogo de Sousa Arcebispo de Braga (1505-1532)*, Urbanismo e Arquitectura, 2 vols. Leiria. Leiria: Magno Edições.

NASCIMENTO, Aires A., 1998, "D. Diogo de Sousa (1460-1532), Bispo do Porto, Homem de Livros e Leitor de Savonarola", In *Humanitas*, Vol. L, pp. 701-708.





PAYO, Marquês de São, 1946, "*A Embaixada a Roma do Bispo do Porto D. Diogo de Sousa em 1505*", in Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, vol. IX, fasc. 1-2, Porto, Edições Marânus.

RAMALHO, Américo da Costa, 1966, "*D. Diogo de Sousa e o Introdutor do Humanismo em Portugal*", Bracara Augusta, vol. XX, fasc. 43-44 (55-56), Braga, pp. 5-23.

RUFINO, Maria de Lurdes, 2000, [Entrada Catálogo] *Cálice de D. Diogo de Sousa*. Cristo Fonte de Esperança, Braga, Exposição do Grande Jubileu do Ano 2000.

SÃO PAYO, Marquês de, 1946, "*A Embaixada a Roma do Bispo do Porto D. Diogo de Sousa em 1505*", in Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto, vol. IX, fasc. 1-2. Porto: Edições Marânus.

SILVA, Lúcio Craveiro da, 2002, "*D. Diogo de Sousa (1461?-1532) 'De uma aldeia fiz uma cidade'*", In Estudos de Cultura Portuguesa Colecção Hespérides/Filosofia 2, Braga, Universidade do Minho, pp. 61-81.

SILVA, Manuel Fernando de Sousa e, 2005, "*Actividade legislativa de D. Diogo de Sousa*", in D. Diogo de Sousa e o seu tempo: Simpósio no V Centenário do início da sua missão como arcebispo de Braga (1505-1532), coord., Jorge Coutinho Braga, Câmara Municipal de Braga / Faculdade de Teologia, pp. 72-73.

SOUSA, Dom Diogo de, 1997 "*Constituições Que Fez Ho Senhor Dom Diogo de Sousa, Bispo do Porto*", Fac-simile da edição de 1497 da Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa, Edições Távola Redonda, Lisboa, XXXI fólios / 62 páginas.

TORRES, Amadeu, 2006, "*D. Diogo de Sousa, metropolita de Braga, na Europa do Renascimento*", in Revista Portuguesa de Humanidades 10 (1-2), Braga, pp. 493-503.

TORRES, Amadeu, 2006, "*D. Diogo de Sousa no contexto cultural do renascimento*", in Humanitas 58, pp. 291-301.

<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/44772>

O Arcebispo D. Diogo de Sousa e a Misericórdia de Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, REIS, Bernardo (coord.), Congresso Internacional 500 anos de história das Misericórdias, Braga, 2014.

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/21301840>

Túmulo do Arcebispo D. Diogo de Sousa, Catedral de Braga/Sé de Braga

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/23363>

D. Diogo, de Sousa e as ofertas de bens móveis à Sé de Braga





## **ANEXO II - JÚRI**

Designação do júri do procedimento, nos termos do artigo 67º, n.º 1 do CCP, o qual só entrará em funções caso seja apresentada mais do que uma proposta, ao abrigo do disposto no artigo 125.º do CCP:

1. O presente procedimento é conduzido por um júri de sete elementos efetivos e dois suplentes:

1.1. O júri efetivo será composto pelos seguintes elementos:

- a) Presidente da Câmara Municipal de Braga, Senhor Doutor Ricardo Rio;
- b) Vereador da Câmara Municipal de Braga do Pelouro da Regeneração Urbana e Património Cultural, Senhor Professor Doutor Miguel Bandeira;
- c) Representante da Arquidiocese de Braga, Senhor Doutor Cónego José Paulo Leite de Abreu;
- d) Representante da Sociedade Nacional de Belas Artes, Senhor Professor e Escultor João Duarte;
- e) Representante técnico da Direção Regional de Cultura do Norte, Senhor Diretor Doutor António Ponte;
- f) Representante técnico da Escola de Arquitetura da Universidade do Minho, Senhora Doutora Arquiteta Maria Manuel Lobo Pinto de Oliveira;
- g) Representante técnico da Divisão do Centro Histórico, Património e Arqueologia da CMB, Senhor Arquiteto Sérgio Carvalho;

1.2. O júri suplente será composto pelos seguintes elementos:

- a) Diretor da Direção Municipal de Urbanismo Ordenamento e Planeamento da CMB, Senhor Doutor Zamith Rosas;
- b) Dirigente da Divisão do Centro Histórico, Património e Arqueologia da CMB, Senhor Dr. Pedro Lopes;



### ANEXO III - GRELHA DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO

GRELHA DE ANÁLISE					
Nº	CRITÉRIOS	VALORAÇÃO	PONDERAÇÃO	AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO
1	Qualidade da resposta aos objetivos;				
	Excecional	10	40%		
	Satisfaz Globalmente	8			
	Satisfaz Parcialmente	4			
	Não Satisfaz	0			
2	Originalidade e criatividade da proposta;				
	Excecional	10	30%		
	Satisfaz Globalmente	8			
	Satisfaz Parcialmente	4			
	Não Satisfaz	0			
3	Viabilidade económica, sustentabilidade, exequibilidade, perenidade e custos de manutenção da proposta;				
	Excecional	10	20%		
	Satisfaz Globalmente	8			
	Satisfaz Parcialmente	4			
	Não Satisfaz	0			
4	Custo e prazo de execução				
	Excecional	10	10%		
	Satisfaz Globalmente	8			
	Satisfaz Parcialmente	4			
	Não Satisfaz	0			
TOTAL					0



## ANEXO IV.1 - MODELOS 1

### MODELO 1

*(Declaração de Identificação do concorrente – pessoa singular)*

Nome:

\_\_\_\_\_

Cartão de Cidadão: \_\_\_\_\_ válido até: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ NIF: \_\_\_\_\_

Morada:

\_\_\_\_\_

Código Postal: \_\_\_\_\_ Concelho \_\_\_\_\_

Contactos Telefónicos: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

E-mail:

\_\_\_\_\_

Data e assinatura

### MODELO 1

*(Declaração de Identificação do concorrente - pessoa coletiva)*

Designação Social:

\_\_\_\_\_

NIPC:

\_\_\_\_\_

Sede:

\_\_\_\_\_

Código Postal: \_\_\_\_\_ Concelho \_\_\_\_\_

Contactos Telefónicos: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

E-mail:

\_\_\_\_\_

Data e assinatura



## ANEXO IV.2 - MODELO 2

### MODELO 2

*(Declaração de Aceitação das Peças de Procedimento)*

\_\_\_\_\_ (nome, numero de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) \_\_\_\_\_ (firma, numero de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrentes, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado conhecimento das peças do procedimento que integram o Concurso de Conceção / Ideias **“Projeto para a construção ou instalação de um Monumento Evocativo ao Arcebispo D. Diogo de Sousa”**, declaro que aceito todas as condições nelas constantes e venho por este meio apresentar o respetivo trabalho de conceção.

(1) – Caso seja aplicável

Data e assinatura



## **ANEXO V - ELEMENTOS TÉCNICOS EXIGIDOS INERENTES À PROPOSTA**

1. As propostas deverão ser apresentadas com os seguintes elementos/peças:
  - 1.1. Memória descritiva e justificativa da proposta;
  - 1.2. Descrição da proposta ao nível construtivo e materiais de acabamento;
  - 1.3. Calendarização de execução;
  - 1.4. Estimativa orçamental;
  - 1.5. Elementos gráficos (Esc. 1/50 ou superior):
    - 1.5.1. Plantas, alçados e cortes;
    - 1.5.2. Axonometrias ou Imagens 3D;
  - 1.6. Plano de manutenção do elemento "Monumento".
2. Os concorrentes são livres de apresentar outros elementos que concorram para melhorar a apresentação e explicitação da respetiva proposta.





**BRAGA**  
Município

Pelouro Regeneração Urbana, Património, Relação com as Universidades,  
Urbanismo, Planeamento, Ordenamento e Mobilidade

## **ANEXO VI - PLANTAS DE LOCALIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO MONUMENTO**





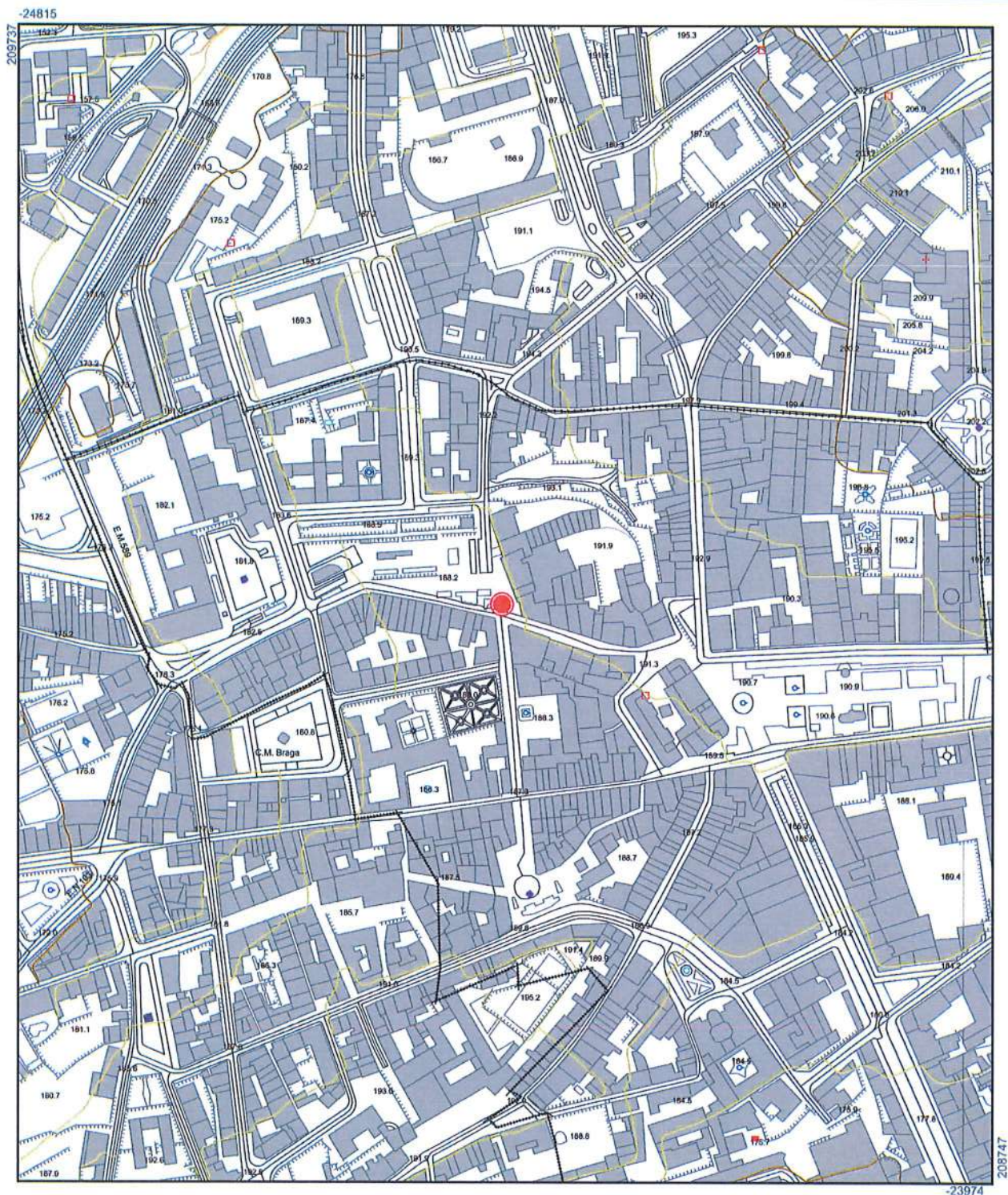
**BRAGA**  
Município

## MUNICÍPIO DE BRAGA

### Planta de Localização

Revista e Atualizada à Data Atual

Praça do Município | 4704-514 Braga | Tel: 253 203 150 | Fax: 253 613 387 | email: municipo@cm-braga.pt | Sítio: www.cm-braga.pt



— Limite da Pretensão

Requerente: C. M. DE BRAGA | CONCURSO DE IDEIAS | MONUMENTO EVOCATIVO AO ARCEBISPO D. DIOGO DE SOUSA

Nº Contribuinte: 506901173

Local da Pretensão: PRAÇA CONDE AGROLONGO – CAMPO DA VINHA

Freguesia: UNIÃO DE FREGUESIAS DE BRAGA (S. José de S. Lázaro e S. João de Soula)

Data: 04/11/2019

Funcionário: Emitido via Internet

Escala 1:5.000



RESPONSÁVEIS  
Identificação: Gabinete SIG Braga  
Email: sigbraga@cm-braga.pt

CARTOGRAFIA DE REFERÊNCIA

Data de Edição: 08/2013  
Data de Homologação: 28/08/2013 (Nº173)  
Sistema Referência: EPSG:27403  
(Datum 73 Hayford-Gauss)  
Cobertura Aerofotográfica: 2012





BRAGA  
Município

# MUNICÍPIO DE BRAGA

## 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Braga

Aprovada por Deliberação da Assembleia Municipal de Braga de 26 de junho de 2015

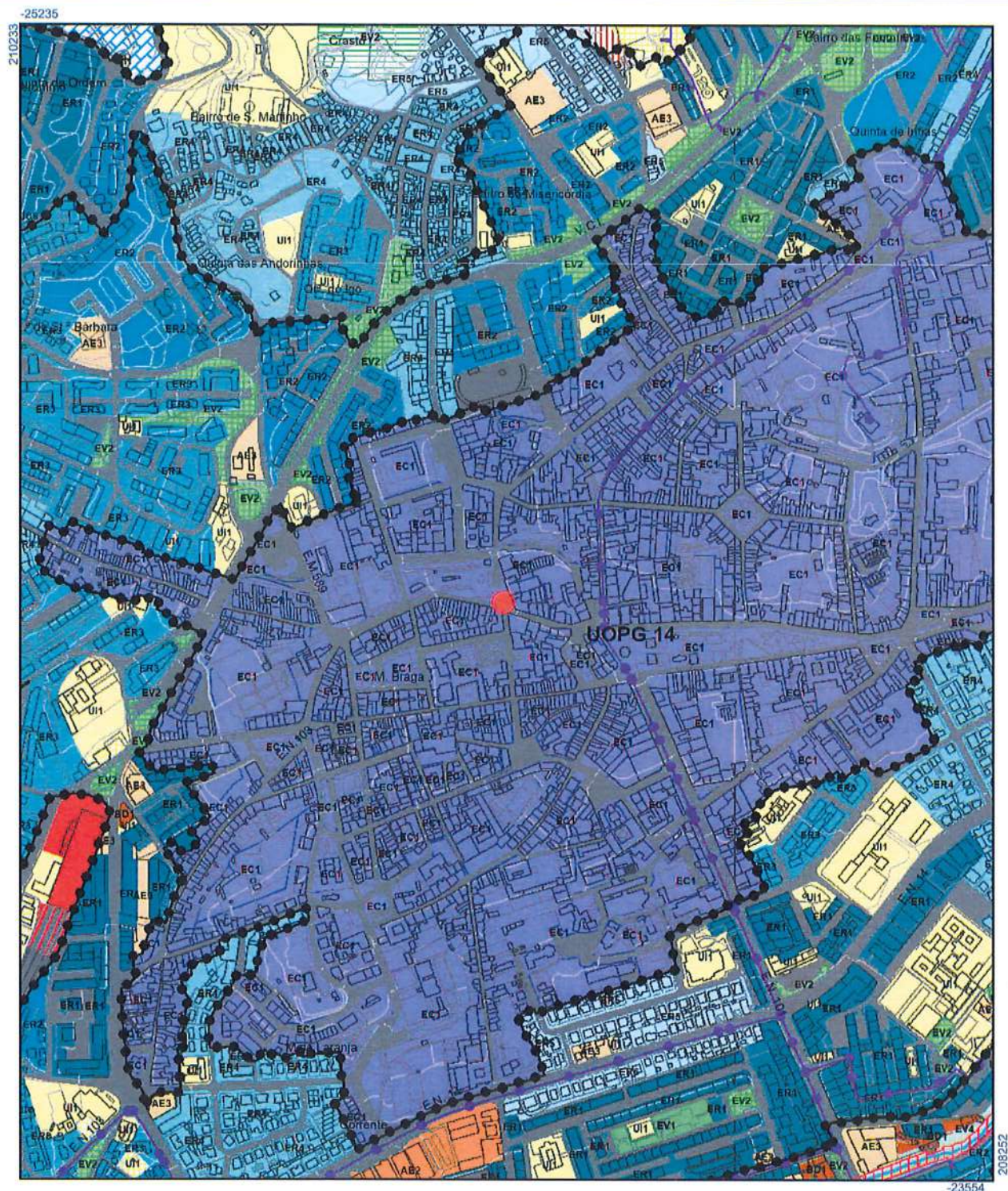
Publicado pelo Aviso n.º 11741/2015 de 14 de outubro de 2015

Atualização Ordinária de junho de 2017

B1

### Extrato da Planta de Ordenamento - Classificação e Qualificação do Solo

Praça do Município | 4704-514 Braga | Tel: 253 203 150 | Fax: 253 613 387 | email: municipe@cm-braga.pt | Site: www.cm-braga.pt



— Limite da Pretensão

Requerente: C. M. DE BRAGA | CONCURSO DE IDEIAS | MONUMENTO EVOCATIVO AO ARCEBISPO D. DIAGO DE SOUSA

Nº Contribuinte: 506901173

Local da Pretensão: PRAÇA CONDE AGROLONGO – CAMPO DA VINHA

Freguesia: UNIÃO DE FREGUESIAS DE BRAGA (S. José de S. Lázaro e S. João de Souto)

Data: 04/11/2019

Funcionário: Emitido via Internet



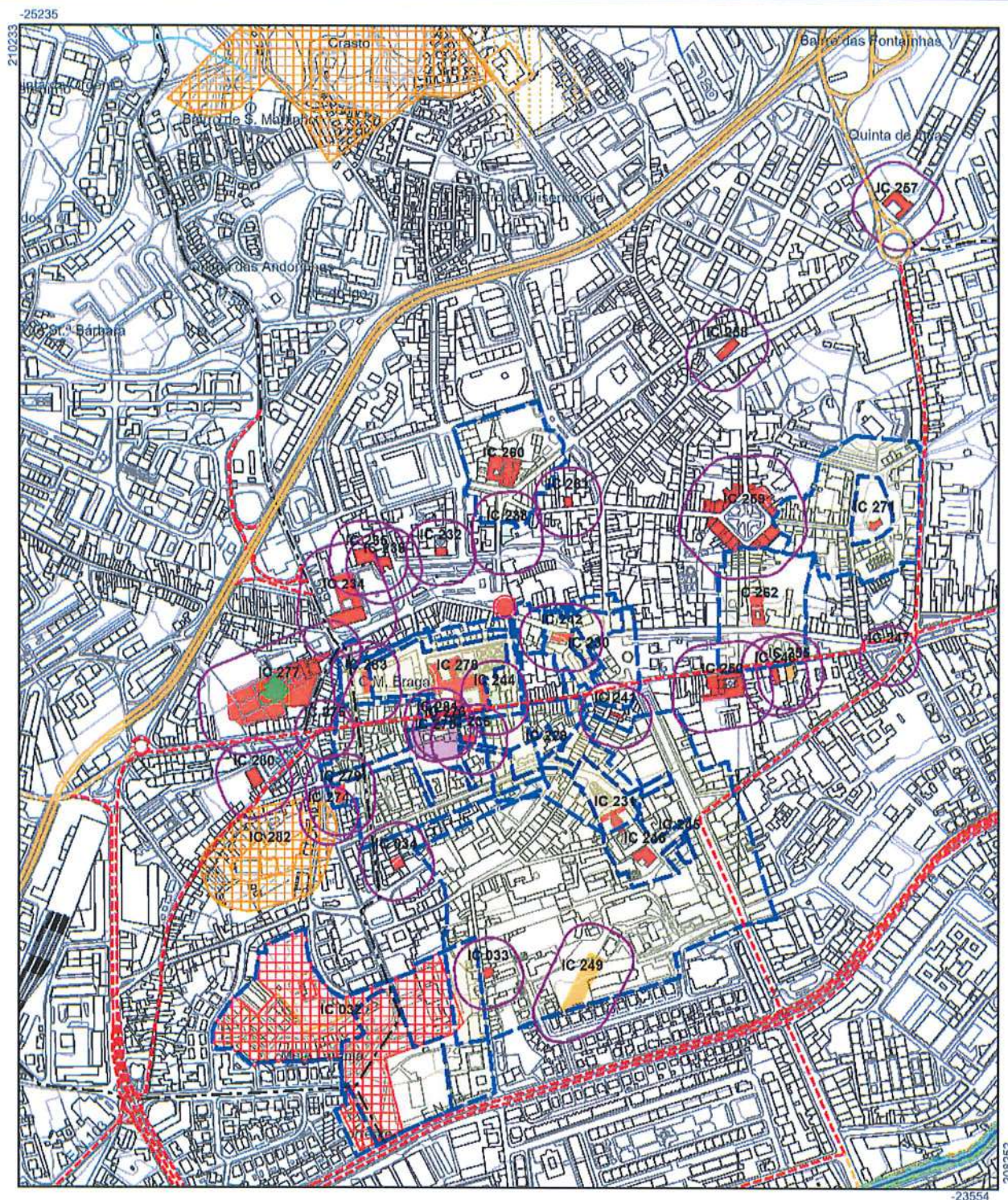
Escala 1:10.000

RESPONSÁVEIS  
Identificação: Gabinete SIG Braga  
Email: sigbraga@cm-braga.pt  
CARTOGRAFIA DE REFERÊNCIA  
Data de Edição: 06/2013  
Data de Homologação: 28/03/2013 (Nº173)  
Sistema Referência: EPSG:27493  
(Datum73/Hayford-Gauss)  
Cobertura Aerofotográfica: 2012



### Extrato da Planta de Condicionantes - Condicionantes Gerais

Praça do Município | 4704-514 Braga | Tel: 253 203 150 | Fax: 253 613 387 | email: [municipio@cm-braga.pt](mailto:municipio@cm-braga.pt) | Site: [www.cm-braga.pt](http://www.cm-braga.pt)



— Limite da Pretensão

Requerente: C. M. DE BRAGA | CONCURSO DE IDEIAS | MONUMENTO EVOCATIVO AO ARCEBISPO D. DIOGO DE SOUSA

Nº Contribuinte: 506901173

Local da Pretensão: PRAÇA CONDE AGROLONGO – CAMPO DA VINHA

Freguesia: UNIÃO DE FREGUESIAS DE BRAGA (S. José de S. Lázaro e S. João de Soulo)

Data: 04/11/2019

Funcionário: Emitido via Internet

IN Escala 1:10.000



RESPONSÁVEL  
Identificação: Gabinete SIG Braga  
Email: [sigbraga@cm-braga.pt](mailto:sigbraga@cm-braga.pt)

CARTOGRAFIA DE REFERÊNCIA  
Data de Edição: 08/2013  
Data de Homologação: 28/03/2013 (Nº173)  
Sistema Referência: EPSG:27492  
(Datum73/Heyford-Gauss)  
Cobertura Aerofotográfica: 2012







PROGETTO	20	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210	211	212	213	214	215	216	217	218	219	220	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240	241	242	243	244	245	246	247	248	249	250	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260	261	262	263	264	265	266	267	268	269	270	271	272	273	274	275	276	277	278	279	280	281	282	283	284	285	286	287	288	289	290	291	292	293	294	295	296	297	298	299	300	301	302	303	304	305	306	307	308	309	310	311	312	313	314	315	316	317	318	319	320	321	322	323	324	325	326	327	328	329	330	331	332	333	334	335	336	337	338	339	340	341	342	343	344	345	346	347	348	349	350	351	352	353	354	355	356	357	358	359	360	361	362	363	364	365	366	367	368	369	370	371	372	373	374	375	376	377	378	379	380	381	382	383	384	385	386	387	388	389	390	391	392	393	394	395	396	397	398	399	400	401	402	403	404	405	406	407	408	409	410	411	412	413	414	415	416	417	418	419	420	421	422	423	424	425	426	427	428	429	430	431	432	433	434	435	436	437	438	439	440	441	442	443	444	445	446	447	448	449	450	451	452	453	454	455	456	457	458	459	460	461	462	463	464	465	466	467	468	469	470	471	472	473	474	475	476	477	478	479	480	481	482	483	484	485	486	487	488	489	490	491	492	493	494	495	496	497	498	499	500	501	502	503	504	505	506	507	508	509	510	511	512	513	514	515	516	517	518	519	520	521	522	523	524	525	526	527	528	529	530	531	532	533	534	535	536	537	538	539	540	541	542	543	544	545	546	547	548	549	550	551	552	553	554	555	556	557	558	559	560	561	562	563	564	565	566	567	568	569	570	571	572	573	574	575	576	577	578	579	580	581	582	583	584	585	586	587	588	589	590	591	592	593	594	595	596	597	598	599	600	601	602	603	604	605	606	607	608	609	610	611	612	613	614	615	616	617	618	619	620	621	622	623	624	625	626	627	628	629	630	631	632	633	634	635	636	637	638	639	640	641	642	643	644	645	646	647	648	649	650	651	652	653	654	655	656	657	658	659	660	661	662	663	664	665	666	667	668	669	670	671	672	673	674	675	676	677	678	679	680	681	682	683	684	685	686	687	688	689	690	691	692	693	694	695	696	697	698	699	700	701	702	703	704	705	706	707	708	709	710	711	712	713	714	715	716	717	718	719	720	721	722	723	724	725	726	727	728	729	730	731	732	733	734	735	736	737	738	739	740	741	742	743	744	745	746	747	748	749	750	751	752	753	754	755	756	757	758	759	760	761	762	763	764	765	766	767	768	769	770	771	772	773	774	775	776	777	778	779	780	781	782	783	784	785	786	787	788	789	790	791	792	793	794	795	796	797	798	799	800	801	802	803	804	805	806	807	808	809	810	811	812	813	814	815	816	817	818	819	820	821	822	823	824	825	826	827	828	829	830	831	832	833	834	835	836	837	838	839	840	841	842	843	844	845	846	847	848	849	850	851	852	853	854	855	856	857	858	859	860	861	862	863	864	865	866	867	868	869	870	871	872	873	874	875	876	877	878	879	880	881	882	883	884	885	886	887	888	889	890	891	892	893	894	895	896	897	898	899	900	901	902	903	904	905	906	907	908	909	910	911	912	913	914	915	916	917	918	919	920	921	922	923	924	925	926	927	928	929	930	931	932	933	934	935	936	937	938	939	940	941	942	943	944	945	946	947	948	949	950	951	952	953	954	955	956	957	958	959	960	961	962	963	964	965	966	967	968	969	970	971	972	973	974	975	976	977	978	979	980	981	982	983	984	985	986	987	988	989	990	991	992	993	994	995	996	997	998	999	1000	1001	1002	1003	1004	1005	1006	1007	1008	1009	1010	1011	1012	1013	1014	1015	1016	1017	1018	1019	1020	1021	1022	1023	1024	1025	1026	1027	1028	1029	1030	1031	1032	1033	1034	1035	1036	1037	1038	1039	1040	1041	1042	1043	1044	1045	1046	1047	1048	1049	1050	1051	1052	1053	1054	1055	1056	1057	1058	1059	1060	1061	1062	1063	1064	1065	1066	1067	1068	1069	1070	1071	1072	1073	1074	1075	1076	1077	1078	1079	1080	1081	1082	1083	1084	1085	1086	1087	1088	1089	1090	1091	1092	1093	1094	1095	1096	1097	1098	1099	1100	1101	1102	1103	1104	1105	1106	1107	1108	1109	1110	1111	1112	1113	1114	1115	1116	1117	1118	1119	1120	1121	1122	1123	1124	1125	1126	1127	1128	1129	1130	1131	1132	1133	1134	1135	1136	1137	1138	1139	1140	1141	1142	1143	1144	1145	1146	1147	1148	1149	1150	1151	1152	1153	1154	1155	1156	1157	1158	1159	1160	1161	1162	1163	1164	1165	1166	1167	1168	1169	1170	1171	1172	1173	1174	1175	1176	1177	1178	1179	1180	1181	1182	1183	1184	1185	1186	1187	1188	1189	1190	1191	1192	1193	1194	1195	1196	1197	1198	1199	1200	1201	1202	1203	1204	1205	1206	1207	1208	1209	1210	1211	1212	1213	1214	1215	1216	1217	1218	1219	1220	1221	1222	1223	1224	1225	1226	1227	1228	1229	1230	1231	1232	1233	1234	1235	1236	1237	1238	1239	1240	1241	1242	1243	1244	1245	1246	1247	1248	1249	1250	1251	1252	1253	1254	1255	1256	1257	1258	1259	1260	1261	1262	1263	1264	1265	1266	1267	1268	1269	1270	1271	1272	1273	1274	1275	1276	1277	1278	1279	1280	1281	1282	1283	1284	1285	1286	1287	1288	1289	1290	1291	1292	1293	1294	1295	1296	1297	1298	1299	1300	1301	1302	1303	1304	1305	1306	1307	1308	1309	1310	1311	1312	1313	1314	1315	1316	1317	1318	1319	1320	1321	1322	1323	1324	1325	1326	1327	1328	1329	1330	1331	1332	1333	1334	1335	1336	1337	1338	1339	1340	1341	1342	1343	1344	1345	1346	1347	1348	1349	1350	1351	1352	1353	1354	1355	1356	1357	1358	1359	1360	1361	1362	1363	1364	1365	1366	1367	1368	1369	1370	1371	1372	1373	1374	1375	1376	1377	1378	1379	1380	1381	1382	1383	1384	1385	1386	1387	1388	1389	1390	1391	1392	1393	1394	1395	1396	1397	1398	1399	1400	1401	1402	1403	1404	1405	1406	1407	1408	1409	1410	1411	1412	1413	1414	1415	1416	1417	1418	1419	1420	1421	1422	1423	1424	1425	1426	1427	1428	1429	1430	1431	1432	1433	1434	1435	1436	1437	1438	1439	1440	1441	1442	1443	1444	1445	1446	1447	1448	1449	1450	1451	1452	1453	1454	1455	1456	1457	1458	1459	1460	1461	1462	1463	1464	1465	1466	1467	1468	1469	1470	1471	1472	1473	1474	1475	1476	1477	1478	1479	1480	1481	1482	1483	1484	1485	1486	1487	1488	1489	1490	1491	1492	1493	1494</
----------	----	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	--------



## **ANEXO VII - AJUSTE DIRETO**

### **CADERNO DE ENCARGOS**

#### **CLÁUSULA 1.ª OBJETO**

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas jurídicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, de Concurso de Conceção, que tem por objeto a aquisição de serviços para elaboração do Projeto de **construção / instalação do Monumento Evocativo ao Arcebispo D. Diogo de Sousa**, nos termos da proposta selecionada no âmbito do concurso de conceção/ideias.

#### **CLÁUSULA 2.ª FORMA E DOCUMENTOS CONTRATUAIS**

1. O contrato será reduzido a escrito, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 95.º do CCP.
2. Fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:
  - a) O presente Caderno de Encargos;
  - b) A proposta adjudicada;
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros.

#### **CLÁUSULA 3.ª VIGÊNCIA DO CONTRATO**

O contrato entra em vigor na data da sua assinatura e tem a duração prevista no prazo de entrega e realização dos trabalhos apresentado pelo adjudicatário no concurso de conceção, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

#### **CLÁUSULA 4.ª OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO**

1. O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
2. O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato até 18 de junho de 2021, uma vez que a **19 de junho** foi a data escolhida para a sua inauguração, data que assinala a morte do Arcebispo Dom Diogo de Sousa.



3. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações:
- a) Apresentar os documentos de habilitação a que estão obrigados, nos termos do artigo 81.º do CCP, na sua redação atual;
  - b) Fornecer os serviços à entidade adjudicante, conforme as características técnicas e requisitos mínimos constantes do presente Caderno de Encargos e do Regulamento do Concurso de conceção;
  - c) O adjudicatário fica obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à completa execução das tarefas a seu cargo;
  - d) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização da entidade adjudicante;
  - e) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível a prestação de serviços objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;
  - f) Não alterar as condições de fornecimento dos bens fora dos casos previstos nas especificações do presente caderno de encargos;
  - g) São igualmente da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação de serviços, de marcas registadas, patentes, licenças ou direitos de propriedade industrial ou intelectual.

#### **CLÁUSULA 5.ª PREÇO CONTRATUAL**

- 1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 2. O preço referido no número anterior não pode ser superior ao mencionado no artigo 15.º do regulamento, isto é 68.990,00 € (Sessenta e oito mil novecentos e noventa euros), valor sem IVA.



3. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante, incluindo, nomeadamente os relativos ao acondicionamento, embalagem, carga, transporte e descarga no local indicado, bem como seguros ou quaisquer outras despesas inerentes ao transporte ou nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
4. O preço a que se refere o n.º 2 é dividido pelas diversas fases de execução do Contrato, nos seguintes termos:
  - a) 30% na apresentação do projeto de execução
  - b) 70% após conclusão da obra

#### **CLÁUSULA 6.ª CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es) deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias, após a receção pela Divisão de Contabilidade, Planeamento e Controlo de Gestão, sita no Edifício dos Paços do Concelho – Praça Municipal, 4700-435 Braga, das respetivas faturas emitidas nos termos do artigo 36.º do CIVA, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e após o fornecimento de bens e serviços, nos termos do artigo 9.º, n.º 1, da LCPA - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação.
2. Para os efeitos dos números anteriores, a obrigação considera-se vencida com a execução dos serviços prestados.
3. Em caso de atraso do contraente público no cumprimento do prazo de pagamento, são devidos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.
4. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Braga, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar a referência do procedimento e o respetivo número de compromisso/requisição externa de despesa.





6. Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta de serviços a prestar, devendo refletir a fatura, os bens efetivamente fornecidos no período a que se refere, respeitando o artigo 292.º do CCP.
7. O atraso em um ou mais pagamentos não determinam em caso algum o vencimento das restantes obrigações de pagamento.

#### **CLÁUSULA 7.ª PENALIDADES CONTRATUAIS**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a) Pelo incumprimento da obrigação de prestar todos os serviços necessários à boa execução do contrato até 3% do preço contratual;
  - b) Pelo incumprimento da obrigação de prestar todos os serviços necessários à boa execução do contrato dentro do prazo de execução do mesmo até 10% do preço contratual;
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

#### **CLÁUSULA 8.ª DEVER DE SIGILO**

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo, ou em relação, com a execução do contrato.





2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O adjudicatário deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

#### **CLÁUSULA 9.ª PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

1. O prestador de serviços e a entidade adjudicante obrigam-se, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, a dar rigoroso cumprimento ao disposto na respetiva legislação aplicável, nomeadamente, ao Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, sem prejuízo das obrigações que possam resultar igualmente para terceiros, nomeadamente, para a entidade gestora da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e para o IMPIC, IP.
2. Todos os titulares de dados têm direito a apresentar reclamação se considerarem que o tratamento dos dados pessoais que lhe diga respeito viola o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.
3. Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, a reclamação referida no número anterior é apresentada a uma autoridade de controlo, em especial mo Estado-Membro da residência habitual do titular dos dados, do seu local de trabalho ou do local onde foi alegadamente praticada a infração.
4. O responsável pelo tratamento dos dados ou o subcontratante, conforme os casos, fica isento de responsabilidade se provar que não é de modo algum responsável pelo evento que deu origem aos danos.

#### **CLÁUSULA 10.ª FORÇA MAIOR**

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que



resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.



#### **CLÁUSULA 11.ª RESPONSABILIDADE DAS PARTES**

Cada uma das partes deve cumprir pontualmente as obrigações emergentes do Contrato e responde perante a outra por quaisquer danos que resultem do incumprimento ou do cumprimento defeituoso dessas obrigações, nos termos do Caderno de Encargos e da Lei, sem prejuízo do estipulado na cláusula 7.ª do presente caderno de encargos.

#### **CLÁUSULA 12.ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o cocontratante violar grave ou reiteradamente qualquer das obrigações que lhe incumbem, sejam obrigações contratuais, obrigações emergentes da lei, ou de atos administrativos de conformação da relação contratual, designadamente, no caso de incumprimento das características técnicas dos bens objeto do procedimento.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao cocontratante via postal, por meio de carta registada com aviso de receção, ou por via de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados com comprovativo de entrega.
3. A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba ao contraente público, nos termos gerais de direito.

#### **CLÁUSULA 13.ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO COCONTRATANTE**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o cocontratante pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido, esteja em dívida há mais de 180 (cento e oitenta) dias, ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
2. Nos casos previstos no número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores, não determina a repetição das prestações já realizadas pelo cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.



4. Salvo os casos previstos no n.º 1 da presente cláusula, o direito de resolução é exercido por via judicial.

#### **CLÁUSULA 14.ª GESTOR DO CONTRATO**

De acordo com o consubstanciado no n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP, o contraente público designará um Gestor do Contrato, com a função de acompanhamento permanente da execução do contrato.

#### **CLÁUSULA 15.ª COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos dos artigos 467.º e 468.º do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede de cada uma, identificados no contrato e uma das seguintes vias:
  - a) Por correio eletrónico;
  - b) Por carta registada com aviso de receção.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, por escrito, só sendo válida para os efeitos consagrados no contrato a partir do 5.º dia útil seguinte ao da sua receção.
3. As partes devem identificar no contrato as informações de contacto dos respetivos representantes, designadamente o endereço eletrónico e o endereço postal.

#### **CLÁUSULA 16.ª DIREITOS DE AUTOR**

O conteúdo material dos direitos de autor da conceção e desenvolvimento de um **Monumento Evocativo ao Arcebispo D. Diogo de Sousa**, que constitui objeto do presente contrato passam a constituir propriedade do Município de Braga, não carecendo de qualquer outra autorização.

#### **CLÁUSULA 17.ª FORO COMPETENTE**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **CLÁUSULA 18.ª LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e demais legislação que lhe for aplicável.